



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL  
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Relatório da Administração - Exercício de 2023

Senhores Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em 27.01.2023 a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação da Caixa Seguridade na CNP Participações em Seguros Ltda. "Nova Holding SUSEP", elevando de forma indireta sua participação para 100% na Companhia Seguros Previdência do Sul, uma vez que a Nova Holding SUSEP detém 100% da Companhia. Esta transação foi parte de um acordo global, celebrado entre os acionistas em 13.09.2022 por meio da assinatura de contrato de compra e venda de participações societária entre as partes e está alinhada às orientações estratégicas da CNP Assurances no desenvolvimento estratégico da atividade de seguros no Brasil.

No âmbito comercial, em 29.06.2023 a Companhia foi declarada vencedora da Sessão Pública de Licitação do Processo, nº 53180.002744/2023-59-2023/CON-001/23 que teve por objeto seleção de sociedade seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, para contratação dos CORREIOS como Representante de Sociedade Seguradora, em regime de exclusividade, para promover a venda de seguros na rede de atendimento dos CORREIOS. Em 15.07.2023 a autoridade superior da licitação homologou a decisão, tendo o contrato sido assinado entre as partes em 17.07.2023. Em 15.12.2023 iniciou-se o processo de comercialização dos produtos na rede de atendimento dos Correios. Dessa forma Correios passa a ser um parceiro estratégico para a Companhia na distribuição de seguros para os próximos 10 anos, podendo ser ampliado por período equivalente mediante manifestação da Companhia ao final da vigência original.

Ainda no âmbito comercial, além da diversificação dos canais de distribuição, a Companhia tem atuado junto ao canal de distribuição de corretores, na adequação da oferta de produtos de maior capacidade de geração de rentabilidade técnica, alterando o portfólio de produto pela oferta de produtos patrimoniais, prestamista e ampliação da oferta de produtos de crédito para administradoras

de consórcio.  
No âmbito técnico, a Companhia mantém a estratégia de desinvestimento das carteiras de vida em grupo, fortemente impactadas pela sinistralidade e pelo Covid 19 ao longo dos últimos exercícios, bem como na revisão e fortalecimento das regras de subscrição dos produtos em geral, especialmente no seguro de crédito interno.

No âmbito das operações, em razão da aquisição pela CNP Assurances da participação societária da Caixa Seguridade na Companhia, a Administração conduziu um projeto de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada à nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Além disso, a Administração segue fortalecendo seus processos digitais desde a venda, conectividade e gestão de parceiros de negócios, bem como, nas rotinas de backoffice operacionais e financeiros transformando a Companhia em uma Seguradora Digital com investimentos em plataformas tecnológicas robustas, de mercado e infraestrutura modernizada.

A Companhia registrou prêmios ganhos de R\$ 264,6 milhões, representando um crescimento de 3,7% em relação ao período anterior, que indica crescimento da atividade econômica da seguradora. O resultado financeiro líquido da Companhia, ao final do semestre, foi de R\$ 14,0 milhões, sendo que ativos financeiros alcançaram o patamar de R\$ 307,1 milhões e as provisões técnicas totalizaram R\$ 172,4 milhões, enquanto o patrimônio líquido atingiu o patamar de R\$ 235,6 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 89,4 milhões, impactado especialmente pelo aumento das despesas não recorrentes decorrentes do projeto de autonomia relacionado acima, e parcialmente pelo resultado técnico.

Não obstante ao resultado apurado, está previsto pela Administração para o próximo exercício, estratégias de eficiência e racionalização de custos operacionais, administrativos e de conformidade, como pilares para reposicionamento da empresa e de retomada da capacidade de venda e de geração de resultado para os próximos exercícios.

Para subsidiar as estratégias de desenvolvimento da Companhia, em 27.06.2023, o acionista apro-

vou o aumento do capital da Companhia dos R\$ 92.659.000,00 (noventa e dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais) existentes, para R\$ 336.659.000,00 (trezentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais), representando um aumento, portanto, de R\$ 244.000.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão de ações subscritas e integradas na Companhia na referida data, que aguarda aprovação da SUSEP. Ainda, em 29.01.2024, em tempo da publicação destas Demonstrações Financeiras, e, reforçando a estratégia do acionista, novo aporte de capital foi realizado na Companhia no montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte milhões de reais), refletidos no fechamento contábil de janeiro de 2024.

Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios. Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

**Considerações Finais e Agradecimentos**  
A COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL agradece o apoio e a confiança dos seus acionistas.

Agradecemos, também, o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), aos resseguradores, CNSEG, corretores de seguros e, em particular, dos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do corpo funcional da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL. O apoio e a dedicação, mais uma vez demonstrados por todos, são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

Balanco Patrimonial  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO   | Nota        | 31/12/2023     | 31/12/2022     |
|---|-------------|----------------|----------------|
| <b>CIRCULANTE</b>   |             | <b>179.284</b> | <b>176.043</b> |
| Disponível  |             | 4.401          | 8.743          |
| Caixa e bancos  |             | 4.401          | 8.743          |
| <b>Aplicações</b>   | <b>6</b>    | <b>99.290</b>  | <b>84.685</b>  |
| <b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>        |             | <b>26.697</b>  | <b>28.913</b>  |
| Prêmios a receber   | 7           | 13.456         | 17.662         |
| Operações com resseguradoras                                  | 17.3        | 13.241         | 11.251         |
| <b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b> | <b>17.3</b> | <b>2.459</b>   | <b>3.418</b>   |
| <b>Títulos e créditos a receber</b>                           |             | <b>37.726</b>  | <b>46.175</b>  |
| Títulos e créditos a receber                                  | 8.1         | 36.382         | 45.417         |
| Créditos tributários e previdenciários                        | 8.2         | 804            | 363            |
| Outros créditos   |             | 540            | 395            |
| <b>Despesas antecipadas</b>                                   |             | <b>6.699</b>   | <b>959</b>     |
| <b>Custos de aquisições diferidos</b>                         | <b>17.1</b> | <b>2.012</b>   | <b>3.150</b>   |
| Seguros   |             | 2.012          | 3.150          |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                   |             | <b>435.614</b> | <b>85.107</b>  |
| <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>                               |             | <b>240.602</b> | <b>76.633</b>  |
| <b>Aplicações</b>   | <b>6</b>    | <b>207.783</b> | <b>72.325</b>  |
| <b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>        |             | <b>25</b>      | <b>-</b>       |
| Prêmios a receber   | 7           | 25             | -              |
| <b>Títulos e créditos a receber</b>                           |             | <b>25.982</b>  | <b>2.632</b>   |
| Títulos e créditos a receber                                  | 8.1         | 23.222         | 97             |
| Créditos tributários e previdenciários                        | 8.2         | 460            | 913            |
| Depósitos judiciais e fiscais                                 | 16.1        | 2.300          | 1.356          |
| Outros créditos   |             | -              | 266            |
| <b>Outros valores e bens</b>                                  | <b>9.1</b>  | <b>5.856</b>   | <b>1.480</b>   |
| <b>Despesas antecipadas</b>                                   |             | <b>514</b>     | <b>62</b>      |
| <b>Custos de aquisição diferidos</b>                          | <b>17.1</b> | <b>442</b>     | <b>134</b>     |
| Seguros   |             | 442            | 134            |
| <b>Investimentos</b>  |             | <b>596</b>     | <b>324</b>     |
| Participações societárias                                     |             | 596            | 324            |
| <b>Imobilizado</b>  | <b>10</b>   | <b>5.101</b>   | <b>1.369</b>   |
| Bens móveis   |             | 3.900          | 692            |
| Outras imobilizações  |             | 1.201          | 677            |
| <b>Intangível</b>   |             | <b>189.315</b> | <b>6.781</b>   |
| Outros intangíveis  | 11          | 189.315        | 6.781          |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>   |             | <b>614.898</b> | <b>261.150</b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
(Em milhares de reais)

| Discriminação                                   | Capital Social | Aumento capital em aprovação | Reservas de Capital | Reservas de Lucros | Avaliação Patrimonial | Ajustes de Depreciação | Prejuízos acumulados | Total          |
|---|----------------|------------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| <b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>          | <b>92.659</b>  | <b>-</b>                     | <b>16.358</b>       | <b>32.715</b>      | <b>(6.494)</b>        | <b>(2.196)</b>         | <b>-</b>             | <b>135.238</b> |
| Títulos e valores mobiliários                   | -              | -                            | -                   | -                  | -                     | (2.196)                | -                    | (2.196)        |
| Prejuízo do exercício                           | -              | -                            | -                   | -                  | -                     | (61.680)               | (61.680)             | (61.680)       |
| <b>Proposta para distribuição do resultado:</b> | -              | -                            | -                   | -                  | -                     | -                      | -                    | -              |
| Reserva legal                                   | -              | -                            | (16.358)            | (3.479)            | -                     | -                      | 3.479                | -              |
| Reserva de lucros                               | -              | -                            | -                   | (29.236)           | -                     | -                      | 45.594               | -              |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>         | <b>92.659</b>  | <b>-</b>                     | <b>-</b>            | <b>-</b>           | <b>(6.690)</b>        | <b>(12.607)</b>        | <b>-</b>             | <b>71.362</b>  |
| Aumento de capital - Conforme AGE de 27.06.2023 | 244.000        | -                            | -                   | -                  | -                     | -                      | 244.000              | 244.000        |
| Títulos e valores mobiliários                   | -              | -                            | -                   | -                  | -                     | 9.588                  | -                    | 9.588          |
| Prejuízo do exercício                           | -              | -                            | -                   | -                  | -                     | (89.363)               | (89.363)             | (89.363)       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>         | <b>336.659</b> | <b>-</b>                     | <b>-</b>            | <b>-</b>           | <b>898</b>            | <b>(101.970)</b>       | <b>235.587</b>       | <b>614.898</b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), tem como controladora direta a CNP Participações em Seguros Ltda., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia atua no mercado brasileiro de seguros há mais de 116 anos, tendo sido fundada em 1º de agosto de 1906, com atividade direcionada em operações de seguros nos ramos de pessoas, patrimonial e riscos financeiros (vida em grupo, acidentes pessoais, prestamista, residencial, empresarial e crédito interno).  
A Companhia está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todo o País, tendo sua casa Matriz situada em São Paulo/SP.  
**1.1. Reestruturação societária do Grupo CNP - Cisão**  
**1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária**  
No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia (o controle direto era da CNP Participações Securitárias Ltda.), firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.  
**1.1.2. Reestruturações internas**  
Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do contrato de compra e venda entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionada na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.  
No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações Securitárias Ltda., para a CNP Participações em Seguros Ltda. No momento seguinte, ainda na mesma data, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que até então era a controladora indireta da Companhia, através do controle na CNP Participações em Seguros Ltda., transferindo o investimento para os acionistas indiretos, conforme propoz a seguir:  
• CNP Assurances - 50,75%  
• CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%  
• Caixa Seguridade - 48,25%  
Em 27 de janeiro de 2023, a CNP Assurances Participações Ltda. adquiriu a participação societária da Caixa Seguridade na CNP Participações em Seguros Ltda., finalizando assim o processo de reestruturação societária. A operação foi homologada pela portaria SUSEP nº 8179, de 17 de julho de 2023.

**2. Resumo das políticas contábeis materiais**  
As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.  
A Companhia adota a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.  
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.  
A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Políticas Contábeis Materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.  
**2.1. Elaboração e apresentação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações subsequentes, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.  
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.  
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2024.  
**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.  
**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**  
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.  
**2.4. Ativos financeiros**  
**2.4.1. Classificação e reconhecimento**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.  
**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda**  
Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "mensurados ao valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimentos abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.  
**2.4.2. Mensuração**  
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com o critério e informações a seguir:  
**a.** Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.  
**b.** Fundos de Investimentos: registrados com base nos valores das quotas divulgados pelas

Demonstração do Resultado  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO                           | Nota      | Exercício findo      |                      |
|---|-----------|----------------------|----------------------|
|   |           | 31/12/2023           | 31/12/2022           |
| Prêmios emitidos                                    |           | 263.866              | 254.108              |
| Variáveis das provisões técnicas de prêmios         |           | 752                  | (3.352)              |
| <b>Prêmios ganhos</b>                               | <b>14</b> | <b>264.628</b>       | <b>250.756</b>       |
| Sinistros ocorridos                                 | 24        | (113.381)            | (111.383)            |
| Custos de aquisição                                 | 24        | (63.467)             | (67.503)             |
| Outras receitas e despesas operacionais             | 24        | (74.636)             | (62.998)             |
| <b>Resultado com resseguro</b>                      |           | <b>(3.726)</b>       | <b>(2.015)</b>       |
| Receita com resseguro                               |           | 1.101                | 2.258                |
| Despesa com resseguro                               |           | (4.827)              | (4.273)              |
| Despesas administrativas                            | 24        | (96.906)             | (49.129)             |
| Contribuição social                                 | 24        | (3.421)              | (9.808)              |
| <b>Resultado financeiro</b>                         | <b>24</b> | <b>14.013</b>        | <b>10.644</b>        |
| Receita Financeira                                  |           | 21.945               | 12.311               |
| Despesa Financeira                                  |           | (7.932)              | (1.667)              |
| Resultado patrimonial                               |           | (13)                 | 71                   |
| <b>Resultado operacional</b>                        |           | <b>(76.909)</b>      | <b>(34.607)</b>      |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes           |           | 28                   | (2.885)              |
| <b>Resultado antes dos impostos e participações</b> |           | <b>(76.881)</b>      | <b>(36.952)</b>      |
| Imposto de renda                                    | 15.1      | -                    | (16.347)             |
| Ajustes para:                                       |           |                      |                      |
| Participações sobre o lucro                         | 22        | (12.482)             | 1.427                |
| <b>Prejuízo do Exercício</b>                        |           | <b>(89.363)</b>      | <b>(61.680)</b>      |
| <b>Quantidade de ações</b>                          |           | <b>6.136.752.769</b> | <b>1.288.700.000</b> |
| <b>Prejuízo por ação em R\$</b>                     |           | <b>(0,05)</b>        | <b>(0,05)</b>        |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE                           | 31/12/2023           | 31/12/2022           |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>Prejuízo do Exercício</b>                                   | <b>(89.363)</b>      | <b>(61.680)</b>      |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>                           | <b>9.588</b>         | <b>(2.196)</b>       |
| <b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado</b>  | <b>9.588</b>         | <b>(2.196)</b>       |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários                       | 10.197               | 2.133                |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | (609)                | (4.239)              |
| <b>Total dos resultados abrangentes para o exercício</b>       | <b>(79.775)</b>      | <b>(63.876)</b>      |
| <b>Quantidade de ações</b>                                     | <b>6.136.752.769</b> | <b>1.288.700.000</b> |
| <b>Prejuízo por ação em R\$</b>                                | <b>(0,05)</b>        | <b>(0,05)</b>        |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto  
(Em milhares de reais)

| ATIVIDADES OPERACIONAIS  | Exercício findo  |                 |
|--|------------------|-----------------|
|  | 31/12/2023       | 31/12/2022      |
| <b>Prejuízo do Exercício</b>   | <b>(89.363)</b>  | <b>(61.680)</b> |
| <b>Ajustes para:</b>   |                  |                 |
| Depreciação e amortizações   | 8.340            | 3.848           |
| Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | 15.228           | 9.961           |
| Juros em passivos de arrendamento                                      | 314              | 256             |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível                 | 4                | 682             |
| Ajuste ao valor de realização  | (3.211)          | (3.466)         |
| Custos de aquisição diferidos  | 830              | (106)           |
| Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros                  | 23.635           | (907)           |
| <b>Varição nas contas patrimoniais:</b>                                |                  |                 |
| Ativos financeiros   | (140.474)        | (570)           |
| Créditos das operações de seguros e resseguros                         | (12.270)         | 5.420           |
| Ativos de resseguro  | 150              | 1.119           |
| Créditos fiscais e previdenciários                                     | 521              | 2.050           |
| Ativo fiscal diferido  | -                | 30.485          |
| Depósitos judiciais e fiscais  | (944)            | (50)            |
| Despesas antecipadas   | (6.192)          | 87              |
| Outros ativos  | (15.943)         | 9.875           |
| Impostos e contribuições   | 1.861            | (459)           |
| Outras contas a pagar  | 55.435           | 6.451           |
| Débitos de operações com seguros e resseguros                          | 3.863            | (1.624)         |
| Depósitos de terceiros   | 10.357           | (11.979)        |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros                              | 12.400           | 5.211           |
| Provisões para contingências   | 351              | 1.283           |
| Outros passivos  | 2.404            | (681)           |
| <b>Caixa consumido pelas operações</b>                                 | <b>(132.934)</b> | <b>(794)</b>    |
| Juros pagos  | (1)              | (7)             |
| Juros recebidos  | 29               | -               |
| Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio                | -                | 8               |
| Imposto sobre o lucro pagos  | (508)            | -               |
| <b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>             | <b>(133.414)</b> | <b>(793)</b>    |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>                                     |                  |                 |
| <b>Recebimento pela venda:</b>   |                  |                 |
| Imobilizado  | 7                | 85              |
| Intangível   | -                | 81              |
| <b>Pagamento pela compra:</b>  | <b>(113.174)</b> | <b>(417)</b>    |
| Imobilizado  | (4.635)          | (52)            |
| Intangível   | (108.539)        | (365)           |
| <b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>         | <b>(113.167)</b> | <b>(332)</b>    |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>                                    |                  |                 |
| Aumento de Capital   | 244.000          | -               |
| Pagamento de arrendamento  | (1.761)          | (1.546)         |
| <b>Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de financiamentos</b> | <b>242.239</b>   | <b>(1.546)</b>  |
| <b>Redução líquido/(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>            | <b>(4.342)</b>   | <b>(2.671)</b>  |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício</b>            | <b>8.743</b>     | <b>11.414</b>   |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício</b>             | <b>4.401</b>     | <b>8.743</b>    |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída


**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

★ continuação

todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

- a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices INPC e Anbima Pré-fixada, conforme divulgado pela SUSEP;
- b) Sinistralidade: foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo 41,31% para o grupo de Pessoas, 34,90% para o grupo Patrimonial e 43,40% para o grupo de Crédito;
- c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;
- d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;
- e) Resseguro: foram apuradas proporções com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo segregado entre despesas (prêmio de resseguro) e receita (recuperação). Para o grupo de Pessoas 0,65% para despesas e 1,08% de receitas, para o grupo Patrimonial 23,40% de despesas e 0,00% de receitas e para o grupo de Crédito 1,79% de despesas e 2,55% de receitas.

Como conclusão dos testes realizados, foram encontradas insuficiências para os grupos de Pessoas (não registrado: -19MM) e patrimonial (não registrado: -2MM), mas compensados no resultado consolidado. Dessa forma não havendo a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCM) conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações. Os resultados para a data-base de 31 de dezembro de 2023 estão dispostos na tabela abaixo.

| Prêmio registrado |              | Valor Presente dos fluxos |  |
|-------------------|--------------|---------------------------|--|
| Grupo de Produtos | PPNG         |                           |  |
| Pessoas           | 4.388        | 2.753                     |  |
| Patrimonial       | 1.349        | 1.051                     |  |
| Crédito           | 890          |                           |  |
| <b>TOTAL</b>      | <b>6.617</b> | <b>3.804</b>              |  |

**Prêmio futuro**

| Valor Presente dos fluxos |               |
|---------------------------|---------------|
| Pessoas                   | (19.268)      |
| Patrimonial               | (2.473)       |
| Crédito                   | 56.905        |
| <b>TOTAL</b>              | <b>35.164</b> |

**2.10. Outras provisões, ativos e passivos contingentes**

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

**2.11. Apuração do resultado**

Os prêmios de seguros, incluindo coseguro aceito e cedido, bem como os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.12. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram baixados em 31 de dezembro de 2022, pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte o cancelamento.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

**2.13. Operações de arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos.

O valor presente dos pagamentos de arrendamentos são calculados com base nos termos do contrato de arrendamento, levando em consideração o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, as taxas de juros implícitas e outros fatores relevantes.

**2.14. Normas e interpretações ainda não adotadas**

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**Circular SUSEP nº 678 - A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma termo reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024.**

A Companhia avaliou os impactos da adoção a norma e entende-se que não haverá efeitos e ou impactos significativos em sua adequação.

**2.15. Segregação**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto quando descrito em Nota Explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Contudo, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

**3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

**3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros**

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente em relação ao recebimento de segurados.

**3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários**

Após estudos promovidos pela Administração, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia baixou todos os valores até então registrados de crédito tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, que estavam registrados no ativo, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra de aproveitamento emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.1.

**3.5. Estimativas de ressarcimentos**

A constituição da estimativa de ressarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcidos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em NTA própria.

**4. Gerenciamento de risco**

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA)*, foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNC Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia;

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês de *Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Cia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos, após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

**4.1. Risco de mercado**

**4.1.1. Gerenciamento de risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

**4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros**

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *basis point* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

| Fatores de Risco        | Value-at-Risk | Dvd-1        |
|-------------------------|---------------|--------------|
| Fundos                  | 4             | -            |
| Curva de deságio de LFT | 1             | 587          |
| Curva de Juros Pré      | 174           | -1.339       |
| <b>Total</b>            | <b>179</b>    | <b>1.929</b> |

**4.1.3. Taxas de juros contratadas**

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria disponível para venda possui as seguintes taxas de juros contratadas:

| Taxa de juros contratada               | 31/12/2023 | 31/12/2022    |
|--|------------|---------------|
| Notas do tesouro nacional              | -          | 5,55% a.a.    |
| Notas do tesouro nacional - F          | -          | 7,83% a.a.    |
| Letras financeiras do tesouro nacional | -          | Pré 6,77 a.a. |
|  |            | Pós 0,004%    |

**4.1.4. Controle de risco de mercado**

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value at Risk* (VaR) paramétrico, proposto pelo JPMorgan através do *Riskmeter*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

**4.2. Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

| Composição dos ativos                       | 31/12/2023 |           |            |               |                | 31/12/2022     |                |            |              |              |                |               |                |
|---|------------|-----------|------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------|--------------|--------------|----------------|---------------|----------------|
|   | AA-        | A+        | A          | A-            | BB             | Sem Rating     | Total          | A+         | A            | A-           | BB-            | Sem Rating    | Total          |
| Fundos não exclusivos                       | -          | -         | -          | -             | -              | 99.290         | 99.290         | -          | -            | -            | -              | 9.248         | 9.248          |
| Disponíveis para venda                      | -          | -         | -          | -             | -              | 99.290         | 99.290         | -          | -            | -            | -              | 9.248         | 9.248          |
| Letras do tesouro nacional                  | -          | -         | -          | -             | -              | -              | -              | -          | -            | -            | -              | -             | -              |
| Notas do tesouro nacional                   | -          | -         | -          | -             | 207.783        | -              | 207.783        | -          | -            | -            | 147.762        | -             | 147.762        |
| Créditos das operações com seguros          | -          | -         | -          | 13.241        | -              | 13.481         | 26.722         | -          | -            | -            | -              | 28.913        | 28.913         |
| Ativos de resseguros                        | 159        | 51        | 207        | 2.042         | -              | -              | 2.459          | 597        | 1.330        | 1.491        | -              | -             | 3.418          |
| <b>Exposição máxima ao risco de crédito</b> | <b>159</b> | <b>51</b> | <b>207</b> | <b>15.283</b> | <b>207.783</b> | <b>112.771</b> | <b>336.254</b> | <b>597</b> | <b>1.330</b> | <b>1.491</b> | <b>147.762</b> | <b>38.161</b> | <b>189.341</b> |

**4.3. Risco operacional**

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos operacionais, cabe à Gerência de Controle Interno o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais e a implementação de ferramentas de gestão de riscos operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa.
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva.
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles.
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle.
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os managers, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa.
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.
- Manter os controles internos eficazes e cumprir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos.

Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de controle, diagnóstico das perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

**4.4. Riscos de liquidez**

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descausamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. No caso da companhia, embora os ativos garantidores estejam próximo aos passivos, o risco de liquidez pode ser considerado baixo dado que um aporte de capital está previsto para janeiro de 2024, o que deixará os de ativos guardadores superior aos passivos.

|   | 31/12/2023     |                |
|---|----------------|----------------|
|   | Até 1 ano      | De 1 à 5 anos  |
| Valor justo por meio do resultado (i)               | 99.290         | -              |
| Disponíveis para venda (i)                          | -              | 207.783        |
| Prêmios a receber de segurados                      | 13.456         | 25             |
| Títulos e créditos a receber/créditos das operações | 50.163         | 23.222         |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas (iii)      | 2.459          | -              |
| Caixas e Bancos                                     | 4.401          | -              |
| <b>Total dos ativos financeiros (i)</b>             | <b>169.769</b> | <b>231.030</b> |
| Provisões técnicas de seguros (ii)                  | 31.315         | 138.648        |
| Passivos financeiros                                | 183.064        | 4.612          |
| <b>Total dos passivos financeiros</b>               | <b>214.379</b> | <b>143.260</b> |

**31/12/2022**

|   | Até 1 ano      | De 1 à 5 anos  | Mais de 5 anos | Total          |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Valor justo por meio do resultado (i)               | 9.248          | -              | -              | 9.248          |
| Disponíveis para venda (i)                          | 75.437         | 72.325         | -              | 147.762        |
| Prêmios a receber de segurados                      | 17.662         | -              | -              | 17.662         |
| Títulos e créditos a receber/créditos das operações | 57.063         | 363            | -              | 57.426         |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas (iii)      | 3.418          | 97             | -              | 3.515          |
| <b>Total dos ativos financeiros (i)</b>             | <b>162.828</b> | <b>72.785</b>  | -              | <b>235.613</b> |
| Provisões técnicas de seguros (ii)                  | 32.324         | 100.429        | 827            | 133.580        |
| Passivos financeiros                                | 44.029         | 449            | -              | 44.478         |
| <b>Total dos passivos financeiros</b>               | <b>76.353</b>  | <b>100.878</b> | <b>827</b>     | <b>178.058</b> |

A liqu



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL  
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

\* continuação

ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em + 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos \* (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação: IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações / (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1;

iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o aparecimento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descausamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.6. Desenvolvimento de sinistro

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

a) Sinistros brutos de resseguro

| Conciliação  |        | 31/12/2023 |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
|--|--------|------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|-----------|--|
| Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros |        | 111.717    |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| PSL Retrocessão  |        | 166        |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL                      |        | (10.268)   |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e IBNER          |        | 101.615    |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| (a.1) Sinistros administrativos                                  |        |            |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Data de Aviso  | 2014   | 2015       | 2016   | 2017    | 2018    | 2019    | 2020    | 2021    | 2022    | 2023   | Total     |  |
| No ano do aviso  | 43.142 | 57.813     | 69.216 | 96.500  | 115.586 | 122.575 | 97.458  | 101.781 | 111.789 | 98.565 |           |  |
| 1 ano depois   | 43.022 | 56.712     | 67.487 | 93.694  | 123.525 | 137.341 | 118.996 | 107.885 | 117.206 |        |           |  |
| 2 anos depois  | 42.894 | 56.573     | 66.207 | 100.296 | 137.813 | 147.007 | 135.479 | 116.102 |         |        |           |  |
| 3 anos depois  | 42.968 | 56.580     | 66.332 | 104.104 | 141.328 | 151.098 | 142.392 |         |         |        |           |  |
| 4 anos depois  | 42.985 | 56.543     | 66.444 | 105.066 | 143.381 | 152.219 |         |         |         |        |           |  |
| 5 anos depois  | 42.992 | 56.543     | 66.451 | 105.347 | 144.217 |         |         |         |         |        |           |  |
| 6 anos depois  | 42.961 | 56.543     | 66.451 | 105.418 |         |         |         |         |         |        |           |  |
| 7 anos depois  | 42.961 | 56.543     | 66.451 |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| 8 anos depois  | 42.961 | 56.543     |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| 9 anos depois  | 42.961 |            |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Estimativa corrente  | 42.961 | 56.543     | 66.451 | 105.418 | 144.217 | 152.219 | 142.392 | 116.102 | 117.206 | 98.565 | 1.042.073 |  |
| Pagamentos acumulados até a data-base                            | 42.961 | 56.543     | 66.435 | 105.409 | 143.998 | 150.401 | 140.097 | 114.591 | 113.551 | 67.571 | 1.001.556 |  |
| Passivo reconhecido no balanço                                   | -      | -          | 16     | 9       | 219     | 1.818   | 2.295   | 1.511   | 3.655   | 30.994 | 40.517    |  |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2014                      | -      | -          | -      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -      | -         |  |
| PSL de Nota Técnica/IBNER  | -      | -          | -      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -      | 46.806    |  |
| Total do passivo incluído no balanço                             | -      | -          | -      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -      | 87.324    |  |

(a.2) Sinistros judiciais

| Data de Aviso                               | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | 2018  | 2019  | 2020  | 2021  | 2022  | 2023  | Total  |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| No ano do aviso                             | 2.086 | 1.186 | 1.732 | 852   | 1.196 | 979   | 725   | 2.264 | 5.400 | 6.162 |        |
| 1 ano depois                                | 2.403 | 2.853 | 3.012 | 3.116 | 2.394 | 1.913 | 2.188 | 3.413 | 7.967 |       |        |
| 2 anos depois                               | 3.504 | 3.893 | 5.107 | 3.460 | 3.418 | 3.969 | 3.557 | 4.526 |       |       |        |
| 3 anos depois                               | 4.040 | 4.564 | 3.986 | 5.139 | 5.373 | 4.995 | 5.554 |       |       |       |        |
| 4 anos depois                               | 3.797 | 3.845 | 4.503 | 5.342 | 6.069 | 5.329 |       |       |       |       |        |
| 5 anos depois                               | 3.837 | 3.900 | 6.683 | 5.617 | 6.423 |       |       |       |       |       |        |
| 6 anos depois                               | 3.720 | 4.001 | 6.287 | 5.346 |       |       |       |       |       |       |        |
| 7 anos depois                               | 3.754 | 3.907 | 6.246 |       |       |       |       |       |       |       |        |
| 8 anos depois                               | 3.768 | 4.090 |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| 9 anos depois                               | 4.073 |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Estimativa corrente                         | 4.073 | 4.090 | 6.246 | 5.346 | 6.423 | 5.329 | 5.554 | 4.526 | 7.967 | 6.162 | 55.714 |
| Pagamentos acumulados até a data-base       | 3.968 | 3.738 | 5.612 | 3.845 | 3.698 | 3.867 | 3.461 | 2.186 | 3.749 | 483   | 34.607 |
| Passivo reconhecido no balanço              | 105   | 352   | 634   | 1.500 | 2.724 | 1.462 | 2.092 | 2.340 | 4.218 | 5.679 | 21.107 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2014 | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -      |
| PSL de Nota Técnica/IBNER                   | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 24.393 |
| Total do passivo incluído no balanço        | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 24.393 |

b) Sinistros líquidos de resseguro

| Valores em Reais mil  |        | 31/12/2023 |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
|---|--------|------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|-----------|--|
| Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros      |        | 111.460    |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não proporcional |        | 256        |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| PSL Retrocessão   |        | 166        |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL                           |        | (10.268)   |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)                       |        | 101.615    |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| (b.1) Sinistros administrativos                                       |        |            |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Data de Aviso   | 2014   | 2015       | 2016   | 2017    | 2018    | 2019    | 2020    | 2021    | 2022    | 2023   | Total     |  |
| No ano do aviso   | 42.696 | 56.770     | 68.693 | 95.503  | 115.586 | 121.831 | 97.455  | 101.622 | 111.789 | 98.565 |           |  |
| 1 ano depois  | 42.586 | 55.832     | 66.059 | 92.695  | 122.278 | 136.545 | 118.600 | 107.747 | 116.981 |        |           |  |
| 2 anos depois   | 42.457 | 55.692     | 64.779 | 99.209  | 136.638 | 146.156 | 135.097 | 115.696 |         |        |           |  |
| 3 anos depois   | 42.531 | 55.700     | 64.904 | 103.106 | 140.323 | 149.009 | 142.083 |         |         |        |           |  |
| 4 anos depois   | 42.548 | 55.662     | 65.016 | 102.535 | 142.240 | 150.132 |         |         |         |        |           |  |
| 5 anos depois   | 42.152 | 55.662     | 65.023 | 102.816 | 143.076 |         |         |         |         |        |           |  |
| 6 anos depois   | 42.121 | 55.662     | 65.023 | 102.887 |         |         |         |         |         |        |           |  |
| 7 anos depois   | 42.121 | 55.662     | 65.023 |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| 8 anos depois   | 42.121 | 55.662     |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| 9 anos depois   | 42.121 |            |        |         |         |         |         |         |         |        |           |  |
| Estimativa corrente   | 42.121 | 55.662     | 65.023 | 102.887 | 143.076 | 150.132 | 142.083 | 115.696 | 116.981 | 98.565 | 1.032.225 |  |
| Pagamentos acumulados até a data-base                                 | 42.121 | 55.662     | 65.007 | 102.878 | 142.857 | 148.345 | 139.948 | 114.248 | 113.327 | 67.571 | 991.964   |  |
| Passivo reconhecido no balanço  | -      | -          | 16     | 9       | 219     | 1.787   | 2.134   | 1.448   | 3.655   | 30.994 | 40.262    |  |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2014                           | -      | -          | -      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -      | -         |  |
| PSL de Nota Técnica/IBNER   | -      | -          | -      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -      | 46.806    |  |
| Total do passivo incluído no balanço                                  | -      | -          | -      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -      | 87.068    |  |

(b.2) Sinistros judiciais

| Data de Aviso                               | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | 2018  | 2019  | 2020  | 2021  | 2022  | 2023  | Total  |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| No ano do aviso                             | 2.056 | 1.038 | 1.732 | 852   | 1.196 | 979   | 725   | 2.264 | 5.400 | 6.162 |        |
| 1 ano depois                                | 2.366 | 2.816 | 3.012 | 3.116 | 2.394 | 1.913 | 2.188 | 3.413 | 7.967 |       |        |
| 2 anos depois                               | 3.460 | 3.787 | 5.107 | 3.366 | 3.418 | 3.969 | 3.557 | 4.526 |       |       |        |
| 3 anos depois                               | 3.977 | 4.564 | 3.986 | 5.015 | 5.373 | 4.995 | 5.554 |       |       |       |        |
| 4 anos depois                               | 3.654 | 3.735 | 4.503 | 5.249 | 6.069 | 5.329 |       |       |       |       |        |
| 5 anos depois                               | 3.695 | 3.789 | 6.683 | 5.617 | 6.423 |       |       |       |       |       |        |
| 6 anos depois                               | 3.577 | 3.890 | 5.787 | 5.346 |       |       |       |       |       |       |        |
| 7 anos depois                               | 3.611 | 3.797 | 5.746 |       |       |       |       |       |       |       |        |
| 8 anos depois                               | 3.625 | 3.979 |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| 9 anos depois                               | 3.930 |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Estimativa corrente                         | 3.930 | 3.979 | 5.746 | 5.346 | 6.423 | 5.329 | 5.554 | 4.526 | 7.967 | 6.162 | 54.961 |
| Pagamentos acumulados até a data-base       | 3.825 | 3.627 | 5.112 | 3.845 | 3.698 | 3.867 | 3.461 | 2.186 | 3.749 | 483   | 33.854 |
| Passivo reconhecido no balanço              | 105   | 352   | 634   | 1.500 | 2.724 | 1.462 | 2.092 | 2.340 | 4.218 | 5.679 | 21.107 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2014 | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -      |
| PSL de Nota Técnica/IBNER                   | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 24.393 |
| Total do passivo incluído no balanço        | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 24.393 |

Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

5. Discriminação das provisões de sinistros judiciais:

|   | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| Total de ações judiciais pagas no período e que se encontravam provisionadas            | 7.862      | 3.516      |
| Total provisionado de ações judiciais pagas no período                                  | 4.380      | 875        |
| Processos encerrados sem pagamento no período, para os quais havia provisão constituída | 2.869      | 1.665      |
| Total de ações judiciais pagas no período e não provisionadas no exercício anterior     | 961        | 3.091      |

6. Aplicações financeiras

6.1. Resumo da classificação das aplicações

| Valor de Mercado                  | 31/12/2023       |                  | 31/12/2022       |                  | Sem Vencimento Até 01 ano e 05 anos | Entre 01 e 05 anos | Percentual |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|--------------------|------------|
|                                   | Valor de Mercado | Valor de Mercado | Valor de Mercado | Valor de Mercado |                                     |                    |            |
| Valor justo por meio do resultado | 99.290           | 99.290           | 9.248            | 9.248            | 99.290                              | -                  | 32,33%     |
| Fundos de investimento            | 99.290           | 99.290           | 9.248            | 9.248            | 99.290                              | -                  | 32,33%     |
| Disponível para venda             | 207.783          | 206.276          | 147.762          | 156.452          | -                                   | -                  | 207,783    |
| Letras financeiras do tesouro     | 50.397           | 50.398           | -                | -                | -                                   | 50.397             | 16,42%     |
| Letras do tesouro nacional        | -                | -                | 97.507           | 101.145          | -                                   | -                  | 6,00%      |
| Notas do tesouro nacional         | 157.386          | 155.878          | 50.255           | 55.307           | -                                   | -                  | 157,386    |
| Total                             | 307.073          | 305.566          | 157.010          | 165.700          | 99.290                              | -                  | 207,783    |

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

6.2. Abertura por nível hierárquico

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 6.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

| Valor justo por meio do resultado | 31/12/2023 |         | 31/12/2022 |         |
|-----------------------------------|------------|---------|------------|---------|
|                                   | Nível 1    | Total   | Nível 1    | Total   |
| Fundos de investimento            | 99.290     | 99.290  | 9.248      | 9.248   |
| Outros valores                    | -          | -       | -          | -       |
| Total                             | 99.290     | 99.290  | 9.248      | 9.248   |
| Disponível para venda             | -          | -       | -          | -       |
| Letras financeiras do tesouro     | 50.397     | 50.397  | -          | -       |
| Letras do tesouro nacional        | -          | -       | 97.507     | 97.507  |
| Notas do tesouro nacional         | 157.386    | 157.386 | 50.255     | 50.255  |
| Total                             | 207.783    | 207.783 | 147.762    | 147.762 |

6.3. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

|  | 31/12/2023 | 30/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Saldo inicial                            | 157.010    | 158.637    |
| Aplicações                               | 724.418    | 15.312     |
| Resgates                                 | (606.198)  | (31.150)   |
| Rendimentos                              | 21.646     | 12.078     |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | 10.197     | 2.133      |
| Saldo final                              | 307.073    | 157.010    |

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos.

7.1. Composição de prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

| Ramo | 31/12/2023                     |                                |                           | 31/12/2022                     |                                |  |
|------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--|
|      | Prêmios a receber de segurados | Provisão para risco de crédito | Prêmios a receber líquido | Prêmios a receber de segurados | Provisão para risco de crédito |  |



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL  
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

14. Ramos de atuação

Os principais ramos de atuação da Companhia são:

| Ramos                       | 31/12/2023     |                          |                 | 31/12/2022     |                          |                 |
|-----------------------------|----------------|--------------------------|-----------------|----------------|--------------------------|-----------------|
|                             | Prêmio ganho   | Índice de sinistralidade | comissionamento | Prêmio ganho   | Índice de sinistralidade | comissionamento |
| Vida individual             | 10.188         | 66,18%                   | 23,13%          | 10.600         | 36,57%                   | 36,49%          |
| Prestamista                 | 63.221         | 18,36%                   | 38,71%          | 56.339         | 19,39%                   | 20,27%          |
| Vida em grupo               | 16.814         | 108,81%                  | 31,62%          | 25.226         | 96,09%                   | 32,76%          |
| Acidentes Pessoais coletivo | 34.639         | 50,90%                   | 31,78%          | 44.699         | 47,43%                   | 48,54%          |
| Compreensivo Residencial    | 2.292          | 23,77%                   | 52,55%          | 1.904          | 18,20%                   | 45,22%          |
| Riscos financeiros          | 134.848        | 41,54%                   | 13,63%          | 107.219        | 44,19%                   | 17,41%          |
| Compreensivo Empresarial    | 468            | 165,83%                  | 27,05%          | 265            | 12,09%                   | 199,25%         |
| Demais ramos                | 2.358          | 85,54%                   | 28,31%          | 4.504          | 75,24%                   | -94,77%         |
| <b>Total</b>                | <b>264.628</b> | <b>42,85%</b>            | <b>23,98%</b>   | <b>250.756</b> | <b>44,42%</b>            | <b>26,92%</b>   |

15. Impostos e contribuições

15.1 Imposto de renda e contribuição social

| Resultado antes dos tributos e após participações | 31/12/2023          |                  | 31/12/2022          |                  |
|---|---------------------|------------------|---------------------|------------------|
|   | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda |
|   | (89.363)            | (89.363)         | (35.525)            | (35.525)         |
| <b>Base de cálculo</b>                            | <b>(89.363)</b>     | <b>(89.363)</b>  | <b>(35.525)</b>     | <b>(35.525)</b>  |
| Taxa nominal do tributo                           | 15,00%              | 25,00%           | 15,00%              | 25,00%           |
| <b>Tributos calculados a taxa nominal</b>         | <b>13.404</b>       | <b>22.341</b>    | <b>5.329</b>        | <b>8.881</b>     |
| Ajustes do lucro real                             | 40.110              | 40.110           | 18.051              | 18.051           |
| Ajustes temporários diferidos                     | -                   | -                | 26.670              | 26.670           |
| Constituição prejuízo fiscal                      | 49.253              | 49.253           | 56.193              | 56.193           |
| <b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>        | <b>89.363</b>       | <b>89.363</b>    | <b>100.914</b>      | <b>100.914</b>   |
| <b>Tributos sobre os ajustes</b>                  | <b>(13.404)</b>     | <b>(22.341)</b>  | <b>(15.137)</b>     | <b>(25.228)</b>  |
| Despesa contabilizada                             | -                   | -                | (9.808)             | (16.347)         |
| <b>Taxa efetiva</b>                               | <b>0,00%</b>        | <b>0,00%</b>     | <b>27,61%</b>       | <b>46,02%</b>    |

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

16.1. Composição

|                            | Depósitos judiciais |              | Provisões judiciais |              |
|----------------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
|                            | 31/12/2023          | 31/12/2022   | 31/12/2023          | 31/12/2022   |
| Contingências cíveis       | 2.016               | 1.052        | 14.930              | 8.324        |
| Contingências trabalhistas | 284                 | 304          | 210                 | 185          |
| Outras Obrigações          | -                   | -            | 3.875               | -            |
| Contingência Fiscal        | -                   | -            | 169                 | 354          |
| <b>Total</b>               | <b>2.300</b>        | <b>1.356</b> | <b>19.184</b>       | <b>8.863</b> |

a. Provisões judiciais cíveis e trabalhistas  
As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente de: (i) doenças pré-existent; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) pagamento parcial da importância segurada; (iv) devolução de prêmio; (v) devolução de prêmio em razão de desconto indevido; e (vi) multas decorrentes de processos administrativos perante a SUSEP. As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião de rescisão contratual de ex-funcionários e processos movidos por terceiro com pedido de responsabilidade subsidiária da Previsul.

b. Obrigações fiscais  
As discussões judiciais envolvendo obrigações legais ativas não estão sendo provisionadas neste momento, em razão de critérios contábeis, e referem-se basicamente a discussões de: (i) ação de inexigibilidade das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas aos empregados segurados referentes a primeira quinzena de afastamento por motivo de doença ou acidente; férias, abono pecuniário, terço constitucional de férias e décimo terceiro salário; salário maternidade e horas extras, descanso semanal remunerado, adicional de insalubridade e adicional noturno; (ii) Mandado de Segurança que visa afastar as restrições impostas ao aproveitamento das despesas havidas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), para fins de dedutibilidade do IRPJ, apurado de forma centralizada pela matriz, com a consequente compensação dos valores pagos indevidamente a tal título. Caso a decisão seja favorável, a Companhia obterá o direito de recuperação dos valores recolhidos em relação a: (i) Contribuições Previdenciárias; R\$ 644 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 550); (ii) PAT dedutibilidade sobre IRPJ; R\$ 4.590 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 4.073). Com relação ao Mandado de Segurança que versa sobre o PAT, a Companhia já obteve decisão favorável definitiva e estão em andamento os trâmites para recuperação de valores. A Companhia é alvo de Ação Rescisória nº 5.306/RJ, a ação ordinária em referência foi ajuizada com o objetivo de discutir a incidência do ICMS sobre o produto da alienação de salvados de sinistros pelas Companhias Seguradoras. As Seguradoras obtiveram decisão favorável no julgamento do Recurso Especial nº 72.204 que determinou a não incidência do ICMS no caso em exame, nos exatos termos em que pleiteados na inicial. Contudo, o acórdão realizou a ressalva de que somente os bens salvados de sinistros imprevistos ao uso estariam fora do campo de incidência do ICMS, já houve o êxito definitivo e atualmente há provisionado o valor de R\$ 12.865, com risco de perda provável. Referida quantia corresponde a multa processual aplicada no curso da ação rescisória. A rescisória transitou em julgado, restando apenas o pagamento da multa no valor de R\$ 12.500 a ser pago em momento oportuno - execução Fazenda Nacional. Os advogados da Companhia julgaram como probabilidade de perda provável a multa e, em razão disso, foi constituída provisão para o referido processo judicial. O valor associado ao processo em questão, atualizados até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 567. Salienta-se que este é o valor da causa atualizado de modo que não é parâmetro para valoração do risco envolvido no processo.

c. Ação judicial envolvendo COFINS  
A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, em 01/12/2008, que reconheceu a manutenção da isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, artigo 11, parágrafo único, diante da revogação pela Lei nº 9.718/98, razão pela qual a Companhia não reconhece, nem provisiona o tributo relacionado à COFINS.

A União, por sua vez, ingressou com uma ação rescisória, em 30/11/2010, contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando a anulação da decisão que deu à Companhia o direito de não sujeição à da COFINS, com objetivo de submeter a Companhia à incidência do referido tributo. A ação rescisória foi julgada improcedente por decisão do STJ que transitou em julgado 08/04/2022, mantendo-se assim, a decisão favorável que transitou em julgado em 2008.

Durante o período de discussão judicial sobre a isenção da COFINS, a Companhia sofreu alguns autos de infração, sobre os valores em discussão e, com encerramento da ação de forma favorável, a Companhia requereu a baixa dos referidos autos de infração, com alguns pedidos atendidos e outros pendentes até o momento.

Os valores em risco considerados no demonstrativo da Nota 15.2, considera para 31 de dezembro de 2023 (i) os valores atualizados dos autos de infração ainda não baixados até a data de aprovação da Demonstração Financeira; e (ii) em função da incerteza do impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 08 de fevereiro de 2023, que muito entendimento relacionado à coisa julgada em matéria tributária, e tampouco de eventuais efeitos da repercussão geral do processo RE 400.479, com trânsito em julgado em 10 de outubro de 2023, foi considerado o valor em risco referente aos últimos 5 anos, considerando multa e juros. O valor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 86.058 e 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 96.997.

16.2. Segregação em função da probabilidade de perda

|                                 | 31/12/2023   |               |               |               | Total          |
|---------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
|                                 | Quantidade   | Remota        | Possível      | Provável      |                |
| Cíveis                          | 4.454        | 10.495        | 10.494        | 14.930        | 35.919         |
| Trabalhistas                    | 36           | 1.128         | 1.107         | 210           | 2.445          |
| Natureza fiscal - Contingências | 6            | 29.648        | 56.637        | 3.862         | 90.147         |
| Outras Obrigações               | -            | -             | -             | -             | -              |
| <b>Total</b>                    | <b>4.496</b> | <b>41.271</b> | <b>68.238</b> | <b>19.002</b> | <b>128.511</b> |

  

|                                 | 31/12/2022   |               |               |              | Total          |
|---------------------------------|--------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
|                                 | Quantidade   | Remota        | Possível      | Provável     |                |
| Cíveis                          | 5.083        | 2.101         | 7.988         | 8.324        | 18.413         |
| Trabalhistas                    | 39           | 510           | 1.163         | 185          | 1.858          |
| Natureza fiscal - Contingências | 16           | 39.299        | 67.022        | -            | 106.321        |
| Outras Obrigações               | -            | 10            | 20            | 124          | 354            |
| <b>Total</b>                    | <b>5.148</b> | <b>41.930</b> | <b>76.297</b> | <b>8.863</b> | <b>127.090</b> |

16.3. Movimentação das ações

A movimentação das contingências relevantes pode ser resumida como segue:

|                                 | Saldo        |               |              |                |                      | Saldo         |
|---------------------------------|--------------|---------------|--------------|----------------|----------------------|---------------|
|                                 | 31/12/2022   | Adições       | Reversões    | Pagamentos     | Atualizações e juros |               |
| Contingências cíveis            | 8.324        | 7.420         | (858)        | (4.160)        | 4.204                | 14.930        |
| Contingências trabalhistas      | 185          | 72            | (47)         | -              | -                    | 210           |
| Natureza fiscal - Contingências | -            | 3.840         | -            | -              | -                    | 3.875         |
| Outras Obrigações               | 354          | -             | 1            | (203)          | 17                   | 169           |
| <b>Total</b>                    | <b>8.863</b> | <b>11.332</b> | <b>(904)</b> | <b>(4.363)</b> | <b>4.256</b>         | <b>19.184</b> |

17. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

17.1. Abertura por ramo

| Ramos                             | 31/12/2023   |               |               |               |               | Total das Provisões Técnicas | Custos de aquisição diferidos |
|-----------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------------------|-------------------------------|
|                                   | PPNG         | PSL           | IBNR          | IBNER         | PDR           |                              |                               |
| Riscos financeiros                | 1.124        | 27.042        | 29.357        | 36.539        | 13.945        | 108.007                      | 170                           |
| Vida em grupo                     | 160          | 7.322         | 8.370         | -             | 707           | 16.559                       | 61                            |
| Acidentes pessoais coletivos      | 426          | 17.597        | 2.139         | -             | 1.724         | 21.886                       | 147                           |
| Responsabilidade civil - veículos | -            | 2             | -             | -             | -             | 2                            | -                             |
| Prestamista                       | 4.117        | 7.945         | 4.034         | -             | 210           | 16.306                       | 1.469                         |
| Compreensivo residencial          | 704          | 135           | -             | -             | 50            | 889                          | 213                           |
| Compreensivo empresarial          | 286          | 229           | -             | -             | 2             | 517                          | 65                            |
| Riscos de engenharia              | -            | 57            | -             | -             | -             | 57                           | -                             |
| Demais ramos                      | 1.587        | 4.747         | 1.555         | -             | 327           | 8.218                        | 329                           |
| <b>Total</b>                      | <b>8.404</b> | <b>65.076</b> | <b>45.455</b> | <b>36.539</b> | <b>16.965</b> | <b>172.439</b>               | <b>2.454</b>                  |

| Ramos                             | 31/12/2022   |               |               |               |               | Total das Provisões Técnicas | Custos de aquisição diferidos |
|-----------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------------------|-------------------------------|
|                                   | PPNG         | PSL           | IBNR          | IBNER         | PDR           |                              |                               |
| Riscos financeiros                | 607          | 17.461        | 19.419        | 29.223        | 9.623         | 76.333                       | 120                           |
| Vida em grupo                     | 351          | 12.890        | 8.137         | (688)         | 974           | 21.664                       | 275                           |
| Acidentes pessoais coletivos      | 2.034        | 11.642        | 2.058         | (122)         | 852           | 16.464                       | 1.030                         |
| Responsabilidade civil - veículos | -            | 1.045         | -             | -             | -             | 1.236                        | -                             |
| Prestamista                       | 4.414        | 8.431         | 3.364         | (329)         | 140           | 16.020                       | 1.345                         |
| Compreensivo residencial          | 76           | 207           | -             | -             | 29            | 312                          | 17                            |
| Compreensivo empresarial          | 253          | 8             | -             | -             | 4             | 265                          | 52                            |
| Riscos de engenharia              | -            | 57            | -             | -             | -             | 57                           | -                             |
| Demais ramos                      | 1.431        | 1.724         | 720           | (62)          | 283           | 4.096                        | 445                           |
| <b>Total</b>                      | <b>9.166</b> | <b>53.465</b> | <b>33.698</b> | <b>28.022</b> | <b>12.096</b> | <b>136.447</b>               | <b>3.284</b>                  |

17.2. Movimentação

|  | 31/12/2022   |               |               |               |               | Total das Provisões Técnicas | Custos de aquisição diferidos |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------------------|-------------------------------|
|  | PPNG         | PSL           | IBNR          | IBNER         | PDR           |                              |                               |
| Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023                 | 9.167        | 53.466        | 33.696        | 28.022        | 12.096        | 136.447                      | 3.284                         |
| Constituições  | 7.082        | -             | 20.882        | 12.654        | 5.361         | 45.979                       | 1.428                         |
| Diferimento/reversões                                  | (7.845)      | -             | (554)         | (458)         | (492)         | (1.504)                      | (2.258)                       |
| Aviso de sinistros/despesas de sinistro                | -            | 132.525       | -             | -             | -             | 124.680                      | -                             |
| Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro | -            | (122.548)     | -             | -             | -             | (122.548)                    | -                             |
| Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos         | -            | -             | (8.569)       | (3.679)       | -             | (12.248)                     | -                             |
| Atualização monetária e juros                          | -            | 1.633         | -             | -             | -             | 1.633                        | -                             |
| <b>Saldo final em 31 de dezembro de 2023</b>           | <b>8.404</b> | <b>65.076</b> | <b>45.455</b> | <b>36.539</b> | <b>16.965</b> | <b>172.439</b>               | <b>2.454</b>                  |

|  | 31/12/2022   |               |               |               |               | Total das Provisões Técnicas | Custos de aquisição diferidos |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------------------|-------------------------------|
|  | PPNG         | PSL           | IBNR          | IBNER         | PDR           |                              |                               |
| Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022                 | 5.814        | 46.766        | 38.519        | 30.757        | 9.295         | 131.151                      | 2.998                         |
| Constituições  | 6.180        | -             | 6.592         | 12.332        | 3.621         | 28.725                       | 1.377                         |
| Diferimento/reversões                                  | (2.827)      | -             | (3.844)       | (10.025)      | (820)         | (17.516)                     | (1.091)                       |
| Aviso de sinistros/despesas de sinistro                | -            | 148.580       | -             | -             | -             | 148.580                      | -                             |
| Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro | -            | (144.708)     | -             | -             | -             | (144.708)                    | -                             |
| Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos         | -            | 1.525         | (7.571)       | (5.042)       | -             | (11.088)                     | -                             |
| Atualização monetária e juros                          | -            | 1.303         | -             | -             | -             | 1.303                        | -                             |
| <b>Saldo final em 31 de dezembro de 2022</b>           | <b>9.167</b> | <b>53.466</b> | <b>33.696</b> | <b>28.022</b> | <b>12.096</b> | <b>136.447</b>               | <b>3.284</b>                  |

17.3. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro  
a) Ativo  
Sinistros pagos a recuperar  
Operações com resseguradoras  
Provisão de sinistros a liquidar - PSL  
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR  
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE  
Ativos de resseguros - Provisões técnicas  
Total  
b) Passivo  
Operações com resseguradora  
Prêmios cedidos  
Ressarcimentos  
Total  
c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

| Grupo de ramos     | 31/12/2023                 |                      |               | 31/12/2022                 |                      |               |
|--------------------|----------------------------|----------------------|---------------|----------------------------|----------------------|---------------|
|                    | Prêmio emitido líquido (*) | Resseguro cedido (%) | Retenção (%)  | Prêmio emitido líquido (*) | Resseguro cedido (%) | Retenção (%)  |
| Patrimonial        | 4.282                      | 1,188                | 72,25%        | 2.313                      | 362                  | 84,34%        |
| Pessoas            | 123.762                    | 935                  | 99,24%        | 142.246                    | 232                  | 99,84%        |
| Riscos Financeiros | 134.848                    | 2.502                | 98,14%        | 107.219                    | 3.405                | 96,82%        |
| Demais             | 207                        | -                    | 100,00%       | 178                        | -                    | 100,00%       |
| <b>Total</b>       | <b>263.099</b>             | <b>4.625</b>         | <b>98,24%</b> | <b>251.956</b>             | <b>4.001</b>         | <b>98,41%</b> |

(\*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 2.470 (R\$ 649 em 31 de dezembro de 2022).

17.4. Garantia das provisões técnicas

|  | 31/12/2023         |                     | 31/12/2022                     |                     |
|--|--------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|
|  | Provisões técnicas | Total das excluídas | Provisões técnicas - Resseguro | Depósitos judiciais |
| Total a ser coberto                    | 170.756            | 133.580             | 170.756                        | 133.580             |
| Total dos ativos garantidores:         | -                  | -                   | -                              | -                   |
| Títulos da dívida pública              | -                  | -                   | -                              | -                   |
| Quotas de outros fundos financeiros    | -                  | -                   | -                              | -                   |
| <b>Suficiência de cobertura</b>        | <b>136.317</b>     | <b>23.431</b>       | <b>136.317</b>                 | <b>23.431</b>       |
| Suficiência de Ativos Garantidores (%) | 79,83%             | 17,54%              | 79,83%                         | 17,54%              |

18. Corretores de seguros e resseguros

Apresentamos a seguir informações referentes às operações com corretores de seguros e resseguros:

| Corretores de seguros e resseguros                      | 31/12/2023   | 31/12/2022   |
|---|--------------|--------------|
| Comissões a pagar de seguros                            | 582          | 177          |
| Comissões e juros sobre prêmios                         | 12.061       | 11.696       |
| Ajuste ao valor de realização de comissão sobre prêmios | (7.678)      | (4.467)      |
| <b>Total</b>  | <b>4.965</b> | <b>7.406</b> |
| <b>Circulante</b>                                       | <b>4.965</b> | <b>7.406</b> |

19. Débitos diversos

19.1. Passivo de arrendamento  
Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

|  | 31/12/2023              |               |  | 31/12/2022 |  |
|--|-------------------------|---------------|--|------------|--|
|  | Passivo de arrendamento | Juros a trans |  |            |  |



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL  
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

|   | 31/12/2023    |                | 31/12/2022    |                |
|---|---------------|----------------|---------------|----------------|
|   | Ativo         | Passivo        | Ativo         | Passivo        |
| Caixa Seguradora S.A. (ii)  | 120           | (38.266)       | -             | (221)          |
| CNP Capitalização S.A. (iii)  | 174           | (7)            | 296           | (85)           |
| CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (iv)                 | 65            | -              | 2             | -              |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (vi)                            | 115           | -              | 2             | -              |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. (i)                                    | 5.018         | -              | 54            | -              |
| Caixa Vida e Previdência S.A. (iv)  | -             | (3.878)        | -             | (3.878)        |
| Caixa Econômica Federal (vii)   | 343           | -              | 11.716        | -              |
| Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (viii)                           | -             | (25)           | -             | (273)          |
| Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (ix)                          | -             | (1.192)        | -             | -              |
|   | <b>Receta</b> | <b>Despesa</b> | <b>Receta</b> | <b>Despesa</b> |
| Caixa Seguradora S.A. (ii) (iv)   | 381           | (38.265)       | 99            | (1.191)        |
| CNP Capitalização S.A. (iii) (iv)   | 1.336         | (94)           | 1.756         | (172)          |
| CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (iv)                 | 22            | -              | 5             | -              |
| Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (iv)                         | 4             | -              | 1             | -              |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (vi)                            | 2             | (121)          | 6             | (87)           |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. (i)                                    | 5.018         | -              | -             | -              |
| CNP Seguros Holding Brasil S.A. (i)                                       | 1             | -              | 1             | -              |
| Caixa Vida e Previdência S.A. (iv) (v)                                    | -             | (2.279)        | -             | (1.429)        |
| X55 Administradora de Consórcios S.A. (iv)                                | -             | -              | 10.742        | -              |
| X52 Vida e Previdência S.A. (i) (vii)                                     | -             | -              | -             | (41)           |
| Caixa Econômica Federal (i)   | -             | -              | 1.611         | -              |
| Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (ii)                             | -             | (3.977)        | -             | (4.230)        |
| Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (iv)                          | -             | (15.720)       | -             | (17.049)       |
| Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal-chave da Administração | -             | (11.668)       | -             | (2.321)        |

- (iii) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas;
- (iv) Despesas referentes à prestação de serviços de terceiros com teletendimento e serviços compartilhados;
- (v) Referem-se aos produtos acoplados adquiridos junto à CNP Capitalização S.A.;
- (vi) Referem-se a operação de seguros de funcionários;
- (vii) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;
- (viii) Plano odontológico oferecido aos funcionários;
- (ix) Disponibilidade financeira;
- (x) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;
- (xi) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;

**26. Evento subsequente**

No âmbito comercial, em 29.06.2023 a Companhia foi declarada vencedora da Sessão Pública de Licitação do Processo, nº 53180.002744/2023-59-2023/CON-001/23 que teve por objeto seleção de sociedade seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, para contratação dos CORREIOS como Representante de Sociedade Seguradora, em regime de exclusividade, para promover a venda de seguros na rede de atendimento dos CORREIOS. Em 15.07.2023 a autoridade superior da licitação homologou a decisão, tendo o contrato sido assinado entre as partes em 17.07.2023. Dessa forma, o Correios passa a ser um parceiro estratégico para a Companhia na distribuição de seguros para os próximos 10 anos, podendo ser ampliado por período equivalente mediante manifestação da Companhia ao final da vigência original. Em 21.06.2023 foi pago o sinal do valor de acesso ao negócio (VAN), no valor de R\$ 51. Após a assinatura do contrato, foi feito o pagamento da primeira parte da liquidação financeira do contrato, em 31.07.2023, no valor de R\$ 77.475. A segunda parte da liquidação financeira foi paga em 02.01.2024, no valor de R\$ 79.146.

Em 29.01.2024, em assembleia geral extraordinária, foi deliberada a aprovação do aumento do capital social da Companhia, correspondente alteração no artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir esse aumento. O capital social da companhia passou de R\$336.659 (trezentos e trinta e seis milhões e seiscentos e cinquenta e nove mil reais), para R\$456.659 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais), representando um aumento, portanto, de R\$120.000 (cento e vinte milhões de reais), mediante a emissão de 2.187.407.235 (dois bilhões, cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e sete mil e duzentas e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas.

Diretoria Executiva

Atuário

Contadora

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| <b>François Dominique Philippe Tritz</b><br>Diretor Presidente | <b>Fernando Gonçalves de Moraes</b><br>Diretor Financeiro | <b>Gabriel Porto Montenegro Henriques</b><br>MIBA nº 2978 | <b>Luciene Rocha Batista</b><br>CRC SP-265373/O-7 "T" SP |
|--|---|---|--|

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário, instalado na CNP Participações em Seguros Ltda. e com atuação sobre as suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., reportando-se diretamente à Reunião de Sócios da Sociedade. É composto por três membros, eleitos pela Reunião de Sócios, para mandato de cinco anos.

**Principais Atividades**

Considerando a reestruturação da Companhia no final de 2022 e a transição entre o Comitê de Auditoria que anteriormente abrangia as Companhias e o atualmente constituído, com vistas a cumprir suas atribuições, o Comitê realizou reuniões referentes ao exercício de 2023, que contaram com a participação de diretores das empresas da CNP Seguradora, CNP Seguros Holding Brasil e representantes da CNP Assurances Latam Holding Ltda., dos representantes da empresa de auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, regulatório e financeiro.

No decorrer do exercício de 2023, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisou as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2023, das duas empresas.

**Conclusões**

1.1 Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;

• Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;

• Considerou os relatórios e as informações fornecidas pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;

• Avaliou como satisfatórios os planos de ação para a melhoria do sistema de controles internos.

• Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e

• Constatou que as práticas contábeis relevantes utilizadas pelas empresas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.

• Considerando todo o exposto, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Brasília, 27 de fevereiro de 2024.

**Gregoire Laurent Saint Gal de Pons**  
Coordenador do Comitê de Auditoria

**Roberto Westerberger**  
Membro do Comitê de Auditoria

**Manuel Luiz da Silva Araújo**  
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da  
**Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL**  
São Paulo - SP

**Escopo da Auditoria Atuarial**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que

existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Daniela Sedel  
Atuário MIBA 1721  
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
R. Verbo Divino, nº 1400  
04719-002  
São Paulo - SP - Brasil

**Anexo I**  
**Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL**  
(Em milhares de Reais)

|  | 31/12/2023     |
|--|----------------|
| <b>1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores</b>                            | <b>172.439</b> |
| <b>Total de provisões técnicas auditadas</b>   | <b>2.459</b>   |
| <b>Total de ativos de resseguro</b>  | <b>13.241</b>  |
| <b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>              | <b>312.123</b> |
| <b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b> | <b>172.439</b> |
| <b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>  | <b>1.683</b>   |
| <b>Valores redutores auditados (b)</b>   | <b>170.756</b> |
| <b>Total a ser coberto (a-b)</b>   | <b>307.073</b> |
| <b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</b>  | <b>170.756</b> |
| Capital Base (a)   | 15.000         |
| Capital de Risco (CR) (b)  | 34.735         |
| <b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>  | <b>34.735</b>  |
| <b>4. Demonstrativo da Solvência</b>   | <b>312.123</b> |
| Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)  | 38.863         |
| Ajustes Econômicos do PLA  | 1.310          |
| Exigência de Capital (CMR) (b)   | 34.735         |
| <b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>  | <b>4.128</b>   |
| Ativos Garantidores (d)  | 307.073        |
| Total a ser Coberto (e)  | 170.756        |
| <b>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>                                   | <b>136.317</b> |
| <b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>  | <b>312.123</b> |
| 1601   | 30             |
| 1602   | 180            |
| 0435   | 497            |
| 0234   | 809            |
| 0748   | 900            |
| 0167   | 936            |
| 0251, 0171, 0141, 0114   | 1.410          |
| 0980   | 1.418          |
| 1329, 0929   | 1.570          |
| 2293, 1391, 1384, 1381, 1065, 1061, 0993, 0990, 0987, 0984, 0982, 0977, 0118                               | 3.165          |

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
**Companhia de Seguros Previdência do Sul**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

| Mensuração das Provisões técnicas de seguros - (PSL, PDR, IBNR e IBNeR) e teste de adequação de passivos  |  |
|---|--|
| Principal assunto de auditoria  | Como auditoria endereçou esse assunto  |
| Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.8.1 e 17, a Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Para mensurar o teste de adequação de passivos, a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas-chave relacionadas. | Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:<br>(i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos;<br>(ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram:<br>- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (PDR, IBNR e IBNeR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia;<br>(iii) testes com base em amostragem, de existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores de sinistros, prazos de seguros, datas de aviso, datas de pagamento e datas de ocorrência dos sinistros, período de vigência do risco, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e<br>(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. |

| Avaliação de risco de perda e mensuração dos passivos contingentes fiscais  |  |
|---|--|
| Principal assunto de auditoria  | Como auditoria endereçou esse assunto  |
| Conforme descrito na nota explicativa nº 15.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui decisão favorável que reconhece a isenção do recolhimento da COFINS, que foi obtida por meio do mandado de segurança transitado em julgado em 1/12/2008. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8/2/2023, a Corte considerou que uma decisão definitiva favorável ao contribuinte obtida em processo judicial afastando a incidência tributária, pode ser sobreposta por eventual decisão posterior contrária pelo STF, julgado sobre a mesma matéria. Desta forma, há um risco de reabertura da discussão sobre o trânsito em julgado obtido em mandado de segurança que garante a isenção da Cofins à Companhia. Devido à relevância do valor em risco e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. | Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:<br>(i) confirmação com o assessor jurídico externo acerca do prognóstico da probabilidade de perda, bem como, do valor em risco;<br>(ii) análise das decisões legais, bem como das atualizações jurisprudenciais ocorridas no período, efetuadas pelos escritórios de advocacia especializados, para corroborar a posição da Companhia;<br>(iii) envolvimento de profissionais da área legal com experiência e conhecimentos especializados, que auxiliaram na avaliação das opiniões dos assessores jurídicos e escritórios de advocacia, acima referidos, que suportam a posição da Companhia; e<br>(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. |

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 25P-027685/O-F SP

**Carolina Maciel Messias dos Santos**  
Contadora CRC SP-246031/O-8

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AFE8-2EC1-D528-6B8F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AFE8-2EC1-D528-6B8F



### Hash do Documento

23ED8A7CEA9D17CE91B308DD4012F4577A6C9EFD7430E3916BFE10FA0B07438E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/02/2024 00:02 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





...continuação  
instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e "desreconhecimento" de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros é efetivo para exercícios iniciados em ou após 01/01/2018. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros não foi homologado pela SUSEP e ainda não está sendo considerado na preparação das demonstrações financeiras das empresas supervisionadas. **CPC 50 - Contratos de seguros:** O CPC 50 - Contratos de seguros - estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitidos. Possui vigência a partir de exercícios anuais iniciados em 01/01/2023 e somente será aplicável pela organização quando referendado pela SUSEP. **24. Eventos subsequentes:** Além do encerramento das demonstrações financeiras não detectamos eventos subsequentes a serem informados. Realizamos a 1ª emissão pública de debêntures em outubro de 2023, no volume total de 20 mil debêntures pelo valor unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Em outubro do mesmo ano, foram integralizadas 10 mil debêntures, no valor total de R\$ 10 mil. Em fevereiro de 2024, foram integralizadas as 10 mil debêntures restantes no valor de R\$ 10 mil, não havendo mais debêntures a integralizar.

**Diretoria**  
Diretor Presidente: **Fernando Correa Soares**  
Diretor: **Alexandre Chaves Staffa**  
Diretor: **Jorge Martinez Camarinha da Silva**  
Contador: **Mauricio Gonçalves Camilo Pinto** - CRC 1SP145786/O-7  
Atuário: **Marcos Falcão** - MIBA 893

**Parcer dos auditores atuariais Independentes**  
Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Suhai Seguradora S.A.** São Paulo - SP. **Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistro, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Suhai Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário Independente da Suhai Seguradora S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente. **Responsabilidade da administração:** A Administração da Suhai Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistro, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistro, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Suhai Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Suhai Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Suhai Seguradora S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados desses dados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024  
**Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.**  
CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161  
**Elmo Henrique de Moraes** - Atuário MIBA 2040

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Suhai Seguradora S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Suhai Seguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suhai Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A delimitação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável

que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejamos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos começam a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A delimitação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a uma mudança significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representadas as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024  
**Grant Thornton Auditores Independentes** - CRC 2SP-025.583/O-1  
**Leonardo Mesquita Dantas** - Contador CRC 1SP-263.110/O-7



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B9B2-9FF2-3A3E-883F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B9B2-9FF2-3A3E-883F



### Hash do Documento

F4ED56EE030FBECA10BED8A22E5B8FDD9B5176FB72168B80C184CCC6B0287C16

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/02/2024 00:02 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0A52-2E7E-F652-11E8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0A52-2E7E-F652-11E8



### Hash do Documento

725D0B9ACEFF03A923038ADB6CC4768D56228227CBF2BCF863A67ED277A17149

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/02/2024 00:02 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

